



CENTRO JUVENIL
DE CAMPANHÃ

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2019



SEDE
Rua Pinheiro de Campanhã, 468
4300-415 Porto
T 225 193 810 F 225 193 811
geral@centrojuvenilcampanha.com
NIF 501275985

PÓLO
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore
4490-107 Vila do Conde
T 252 249 470 F 252 249 479
geral@centrojuvenilcampanha.com



ÍNDICE

Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Intervenção Social	6
1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporário – Sede.....	6
2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo Vila do Conde..	9
3. Creche – Sede.....	11
4. Pré-Escolar – Sede.....	13
Recursos Humanos	16
1. Organograma.....	16
2. Quadro de pessoal.....	17
3. Cessações dos Contrato de Trabalho.....	18
4. Faixas Etárias dos Colaboradores.....	18
5. Habilitações Literárias.....	19
6. Género.....	19
Demonstrações Financeiras	20
1. As Contas de 2019.....	20
2. Balanço Individual.....	21
3. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas.....	22
4. Demonstração Individual dos Resultados por Funções.....	23
5. Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa.....	24
6. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais (2019).	25
7. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais (2018).	26
Anexo	27

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente Vítor Manuel Santos Oliveira
1º Secretário Joaquim Manuel Ferreira
2º Secretário José Manuel Martins Sousa

Administração

Presidente
Secretário Nuno Miguel de Oliveira Moreira
Tesoureiro Maria João Ferreira Borges de Avelar
1º Vogal Carla Manuela da Silva Pereira
2º Vogal

Conselho Fiscal

Presidente Luísa Maria Gonçalves Moreira
1º Vogal Elisabete Marina Vieira Gonçalves de Vasconcelos
2º Vogal Cecília Maria Cardoso Martins

Introdução

O Centro Juvenil de Campanhã – Seminário dos Meninos Desamparados é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de Utilidade Pública, fundada na cidade do Porto, em 6 de janeiro de 1814 nos termos de Decreto-Lei nº 460/77 de 7 de novembro, e das leis em vigor, inscrita na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 73/83, de 28 de dezembro.

Mais de dois séculos volvidos e o Centro Juvenil de Campanhã continua a desempenhar de forma exemplar o seu objetivo principal de promover o bem-estar de crianças e jovens em risco, apoiando as famílias e a comunidade, contribuindo para o seu bem-estar e melhoria da sua qualidade de vida.

As contas e atividades hoje apresentadas são, no nosso entendimento, de pleno sucesso, porque espelham, exatamente, a estratégia planeada, devendo ser prestado o devido reconhecimento a todos os que contribuíram para se alcançar este objetivo, realçando a persistência, perseverança e dedicação dos Órgãos Sociais e Direções do Centro Juvenil de Campanhã.

Como é publico e notório a Mesa Administrativa sofreu um rude golpe com o falecimento do Presidente da Instituição, e a demissão de uma das suas vogais, no entanto, a dedicação, empenho e altruísmo dos restantes elementos da Mesa Administrativa aliada à dedicação e empenho de todos os Órgãos, Direções e Funcionários, permitiram que a Instituição prosseguisse com determinação e sucesso os seus objetivos desenvolvendo a sua atividade de forma sustentada.

O trabalho de equipa, a articulação entre áreas e a supervisão, foram aspetos focados no planeamento para o ano de 2019, como necessidades de continuidade e reforço, como forma de rentabilização de recursos e melhoria de procedimentos. De um modo geral, podemos dizer que os objetivos foram cumpridos.

No que diz respeito às Direções nos mais diversos assuntos gerais da Instituição foi realizado um acompanhamento mensal, com análises regulares ao nível do controlo de gastos com material de higiene e limpeza, material de escritório, consumíveis, combustível e comunicações.

O acompanhamento aos processos de auditoria foram desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas.

Assim, podemos concluir ter sido um ano de muito trabalho, esforço, dedicação que levou genericamente ao cumprimento dos objetivos previamente traçados.

A Mesa Administrativa agradece a toda a equipa da Instituição, funcionários, voluntários e Parceiros, principalmente a quem realmente se dedica ao trabalho que desenvolvemos diariamente e a quem reconhece o esforço feito pela Instituição.



Intervenção Social

1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência

Casa de Acolhimento Temporária (Sede)

Do trabalho levado a cabo ao longo do ano de 2019 nas respostas sociais da LIJ, UE e CAT, destaca-se, desde logo, a capacidade de uma equipa técnica multidisciplinar e de uma equipa educativa ajustada às problemáticas das crianças e jovens que acolhe, possibilitando assim uma melhoria no acolhimento prestado, promovendo uma relação de maior proximidade.

Este trabalho tornou-se mais eficaz com o reforço de ambas as equipas, permitindo um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade de cada criança e jovem, possibilitando um acolhimento mais personalizado, centrado nas potencialidades e necessidades de cada um, envolvendo a família ou elementos significativos na definição do projeto de promoção e proteção, sempre em estreita articulação com as entidades competentes em matéria de Infância e Juventude, como sejam os Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e respetivas equipas.

De ressaltar que ao longo do ano as admissões nas diferentes respostas sociais foram de crianças e jovens em faixa etária mais elevada, com residência muitas das vezes fora do distrito, o que condicionou o trabalho junto das famílias. Para colmatar esta distância geográfica e para promover os laços afetivos existentes, proporcionamos sempre que possível as visitas aos seus contextos de origem.

Ainda relativamente às admissões, importa salientar a capacidade das equipas em se adaptarem para fazer face à diversidade cultural e à barreira linguística promovendo o acolhimento e acompanhamento de jovens estrangeiros em situação de total desproteção e vulnerabilidade social.

Ao nível da supervisão externa convém salientar que houve alteração ao nível do supervisor, e que este recurso visa criar uma relação de trabalho com vista à reflexão das práticas e conseqüente melhoria da qualidade do acolhimento prestado pelos profissionais às crianças, jovens e suas famílias enriquecendo através da partilha, o trabalho diário dos cuidadores.

Ao nível das parcerias e articulação com as diversas entidades externas, tais foram feitas de acordo com as características individuais de cada um, sejam ao nível

das entidades escolares e formativas, do emprego, da saúde, do desporto ou mesmo do lazer.

Ao nível do estudo, tal como em anos anteriores, as crianças e jovens continuaram a usufruir do apoio por parte das equipas, em conjunto com um professor destacado para a nossa Casa no âmbito da parceria criada entre a DGESTE e a Segurança Social, designada de Projeto CASA.

A par do acompanhamento ao nível do estudo, foi possível criar outras atividades relacionadas com a promoção de autonomia, do desporto, lúdico-pedagógicas e outras que foram implementadas no plano anual de atividades, tendo sempre em atenção as faixas etárias, o perfil, as necessidades, os interesses e as aptidões das crianças e jovens, com o objetivo de promover a socialização, o sentido de pertença, o respeito pelo outro e o espírito de entreajuda, tornando o seu quotidiano mais proveitoso. Regra geral, consideramos que, na sua maioria, estas atividades tiveram uma adesão positiva, revelando, as crianças e jovens, interesse e motivação na realização das mesmas.

Na implementação destas atividades, para além da importância das equipas na sua definição, organização e execução foi também de extrema importância poder contar com a rede de voluntários, dos quais se destacam o GAS Porto e os estagiários da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

Para além dessas, pudemos contar com outras entidades que permitiram complementar e enriquecer o nosso plano anual de atividades, com outras nos mais diversos domínios. De destacar o apoio da Câmara Municipal do Porto, Federação Portuguesa de Futebol, Altice, TAP, Colégio Paulo VI, entre outros não menos importantes.

Em suma, o reforço das equipas possibilitou que houvesse uma maior estabilidade na organização e funcionamento das rotinas diárias, havendo ao mesmo tempo um aumento significativo das crianças e jovens admitidas na Casa.

Importa referir que o trabalho tem sido sempre baseado na articulação e entreajuda dos profissionais que compõem estas respostas sociais, por forma a prestar um acolhimento mais personalizado, privilegiando sempre os direitos, a privacidade, a confidencialidade e a individualidade de cada uma das crianças e jovens.






Gráfico 1: N° utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018



Gráfico 2: N° utentes que frequentaram a resposta social no ano 2019



Gráfico 3: N° utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

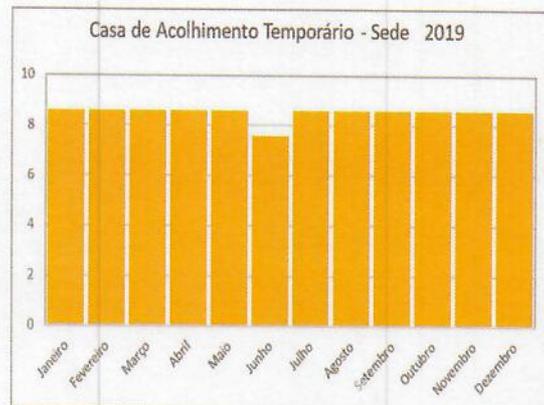


Gráfico 4: N° utentes que frequentaram a resposta social no ano 2019

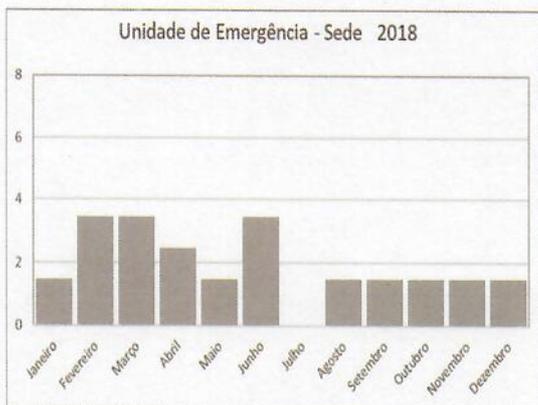


Gráfico 5: N° utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

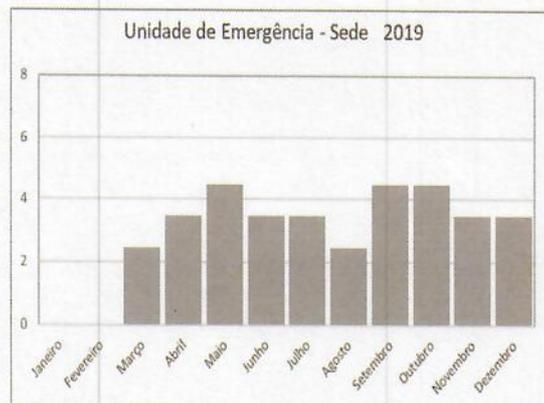


Gráfico 6: N° utentes que frequentaram a resposta social no ano 2019

2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo de Vila do Conde

A intervenção durante o ano civil de 2019 foi desenvolvida em diferentes âmbitos, tais como: atividades, intervenção familiar, acompanhamento escolar, dinamização dos projetos de vida e interação entre as equipas, entre outros. Com o propósito de proporcionar aos jovens acolhidos uma estrutura de vida tão aproximada quanto possível à de um núcleo familiar normativo, é objetivo da Casa de Acolhimento Residencial (CAR) promover, de uma forma holística e equilibrada, o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos jovens acolhidos, incentivando a sua integração e adaptação, bem como o aumento do seu sentimento de pertença, não só em relação ao grupo de pares, mas também à Instituição *per si*.

Recorrendo a uma abordagem promotora das capacidades biopsicossociais dos jovens, pretende-se com a nossa intervenção, ir de encontro à satisfação das necessidades dos jovens acolhidos, perspetivando-se que atinjam mudanças positivas e significativas, de forma a aprimorarem competências de comunicação, socialização, interajuda, autoestima e autocrítica.

Realçamos a importância do aprender de forma generalizada e nas várias dimensões de vida em que os jovens se inserem, sendo que aprender é atuar. Pretende-se adquirir instrumentos para intervir na própria realidade, aprender a relacionar-se, ou seja, adquirir as capacidades para interagir com os outros e aprender a pensar, construindo uma forma específica de interpretar a realidade estando na sua base a evolução/crescimento.

Através das diferentes intervenções planificadas objetiva-se a participação efetiva dos jovens em dinâmicas e atividades socioculturais (artísticas, desportivas e lúdico-recreativas) que promovam saberes e competências pessoais e sociais, como “**saber-ser, saber-estar e saber-fazer**”, impulsionando ainda a interação adequada e positiva entre os pares e os diferentes adultos da CAR, procurando facilitar e reforçar laços de confiança e de afeto. Pretendemos igualmente uma aproximação dos jovens aos contextos escolares frequentados, e a boa integração nos mesmos, que se traduz em resultados escolares mais positivos e motivadores para a sua frequência. Ainda, no âmbito da intervenção planificada é nosso objetivo desenvolver na população acolhida, competências ao nível pessoal e social impulsionadoras da autonomia, que permitam uma integração social ativa. Paralelamente, é efetuado trabalho multidisciplinar de

forma à concretização dos projetos de vida dos jovens, sendo inerente ao mesmo a intervenção familiar.

Na nossa estratégia, o jovem em acolhimento, é o cerne da atividade, deste modo focaliza-se a intervenção na pessoa e no seu ambiente, nas necessidades, e nas suas expetativas.

Assumindo como prioridade os interesses e as motivações, as necessidades e as potencialidades dos jovens acolhidos, a nossa intervenção expecta a maximização dos recursos existentes (humanos e logísticos) e a promoção de um trabalho em rede com outras organizações e entidades ligadas ao setor social que possibilite o acesso a novos e a mais recursos, proporcionando aos jovens novas experiências de vida.



Gráfico 7: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018



Gráfico 8: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2019

3. Creche - Sede

A Creche é uma resposta social de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança, destinada a acolher crianças dos 3 meses até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Constituem objetivos da Creche:

- a. Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- b. Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo educativo;
- c. Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- d. Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- e. Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- f. Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde;
- g. Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.

O Plano de Atividades do ano 2019 foi elaborado em estreita articulação com o Projeto Educativo de Creche, Projeto Pedagógico, Manual de Qualidade em Creche e o Regulamento Interno e, importa agora no final, fazer uma reflexão sobre o seu grau de execução e o envolvimento dos vários atores educativos na prossecução do mesmo com o objetivo primordial de se conseguirem cumprir os objetivos propostos. O Plano de Atividades foi encarado numa dupla perspetiva como um instrumento de planificação, na medida em que procurou programar as atividades desenvolvidas no ano de 2019 e de envolvimento e comunicação por parte de todos os atores educativos.

Contudo, o Plano de Atividades nunca foi encarado como um documento estanque, a existência de um plano previamente definido foi, sem dúvida, um excelente auxiliar de sucesso, mas permaneceu aberto ao seu próprio enriquecimento.

Pretende-se agora fazer o ponto de situação das atividades desenvolvidas na Creche. Verificou-se que todas as atividades propostas no PAA foram concretizadas com sucesso. Para além das atividades previstas no PAA, surgiram no decorrer do ano 2019 outras atividades como a sessão de música para bebés, workshop culinário com



o Chef Hernâni Ermida e participação na campanha do Pai Natal Solidário dos CTT que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio social em que estamos inseridos.

Na sequência do cumprimento do Plano Anual e considerando as atividades até agora realizadas destacam-se como aspetos mais relevantes:

- O cumprimento da calendarização com a execução de todas as atividades propostas;
- Empenho e participação dos elementos da comunidade educativa;
- Pertinência e adequação dos temas propostos contribuindo para o enriquecimento pedagógico/educativo das crianças;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento da CRECHE com a comunidade.

A Creche conseguiu ao longo do ano de 2019 a sua ocupação máxima de 42 crianças. Salienta-se ainda que no decorrer do ano 2019, foram mantidos os protocolos existentes com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti e ELI Porto Oriental (Intervenção Precoce na Infância).

Em jeito de conclusão é de realçar o excelente trabalho da Equipa Pedagógica e Educativa na execução do Plano Anual de Atividades. Os Educadores de Infância e os Ajudantes de Ação Educativa, não obstante das suas funções específicas, trabalham em estreita colaboração e parceria em prol de um objetivo comum – prestar uma resposta educativa de qualidade adequada às crianças.

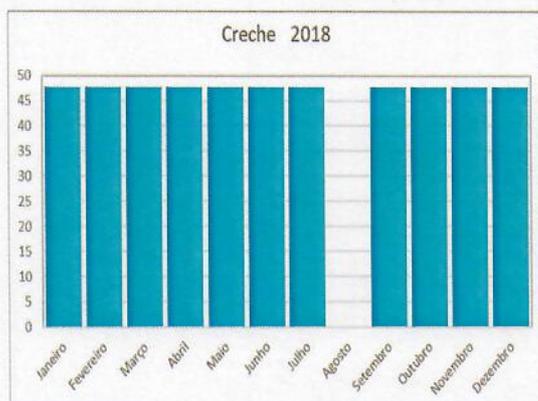


Gráfico 9: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

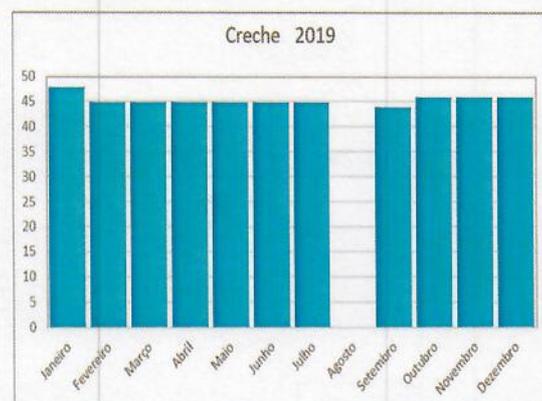


Gráfico 10: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2019



4. Pré-Escolar - Sede

A Educação Pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo educativo ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

O Pré-escolar está organizado em duas componentes, uma educativa e outra de apoio à família, prestando, em cada uma delas, um conjunto de atividades e serviços. É um espaço educativo, pensado e organizado em função da criança e adequado às atividades que nele se desenvolvem, onde convive com outras crianças, onde realiza atividades variadas, sozinha e em grupo, fazendo aprendizagens importantes, partilhando e trocando saberes, desenvolvendo um espírito democrático para melhor aprender e conhecer o mundo que a rodeia.

O funcionamento da resposta social ao longo do ano de 2019 teve em conta, as linhas orientadoras definidas no:

- **Projeto Educativo do Pré-escolar (Educar pela Arte)**

Com este Projeto pretendemos, como sempre, abordar as diferentes áreas de conteúdo de uma forma articulada, pois o desenvolvimento e a aprendizagem devem ser encarados como vertentes indissociáveis no processo de evolução da criança, e as áreas de conteúdo abordadas de uma forma integrada e globalizante, pois todas elas se complementam e integram.

- **O Plano Anual de Atividades (PAA)**

A elaboração do PAA tem por base, o Projeto Educativo do Pré-escolar (Educar pela Arte) e com os objetivos mais específicos de cada grupo, identificados nos Projetos Curriculares de Sala. Pretende ser não só um documento do planeamento das atividades a desenvolver, mas também o reflexo do dinamismo e do intuito formativo da escola, através da realização de projetos e atividades de acordo com as necessidades e interesses da comunidade educativa.

As atividades que se listam neste documento foram concebidas tendo em vista dois eixos fundamentais: o complementar, articular e enriquecer as aprendizagens que se desenrolam no contexto da sala de aula; e o reforçar as ligações à comunidade.

- **O Projeto Curricular de Sala**

Documento que define as estratégias de concretização e de desenvolvimento das orientações curriculares para a educação pré-escolar, e do projeto educativo, visando adequá-lo ao contexto de cada grupo.

- **Atividades de animação e apoio à família (AAAF)**

A “Organização da Componente de Apoio à Família” prevê que, para além dos períodos específicos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, curriculares ou letivas, existam atividades de animação e apoio às famílias, de acordo com as necessidades destas.

O serviço educativo prestado nesta resposta social tem por base, metodologias pedagógicas diversificadas e desenvolvidas por um corpo docente e não docente qualificado, competente e motivado, que conseguiu de uma forma intencional e dinâmica, atuar de acordo com as características e necessidades das crianças.

Deste modo, definiram-se estratégias educativas diversificadas com a visão de que a criança é o motor da sua própria aprendizagem devendo o educador observar, identificar, incentivar e promover os seus conhecimentos, interesses e motivações.

O presente relatório tem como objetivo avaliar de uma forma geral o trabalho projetado e desenvolvido durante o ano de 2019.

O funcionamento durante este ano foi caracterizado por uma maior aposta na qualidade, rigor e empenho por parte dos colaboradores, o que resultou no decurso do ano de 2019 uma crescente colaboração e satisfação dos encarregados de educação. No ano de 2019 todas as atividades propostas no PAA foram realizadas de acordo com o programado. Para além das previstas surgiu ainda em setembro de 2019:

- ✓ a necessidade de realizar uma reunião geral de pais, com o intuito de sensibilizar os mesmos para a importância da interação entre a escola/ família; esclarecer a mesma sobre as atividades a desenvolver ao longo do ano, dar a conhecer a equipa docente e não docente e informar algumas regras/normas de funcionamento da resposta social;
- ✓ a alteração das atividades de animação e apoio à família. Passaram a ser dinamizadas, pelas ajudantes de ação educativa com a orientação das educadoras responsáveis de cada grupo;
- ✓ o Workshop de culinária, com a presença do Chef Hernâni Ermida na semana da alimentação;



- ✓ a participação na Campanha do Pai Natal Solidário dos CTT (www.painatalsolidario.pt) que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio socioeconómico em que estamos inseridos.

Durante o ano de 2019 mantiveram-se os protocolos com a ESE Paula Frassinetti e a ELI Porto Oriental (Intervenção Precoce na Infância).

CONCLUSÃO

Consideramos que a articulação de todos os planos elaborados para o ano de 2019 foram um importante veículo de união e interação de organização escolar.

Tendo em consideração os objetivos definidos podemos referir os seguintes aspetos a destacar:

- O elevado grau de execução do PAA;
- A calendarização foi cumprida;
- O contributo para o desenvolvimento global dos alunos;
- O empenho e participação da comunidade educativa tanto nas atividades propostas no PAA como nos projetos de sala;
- Pertinência e adequação dos temas propostos;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento do pré-escolar com a comunidade.

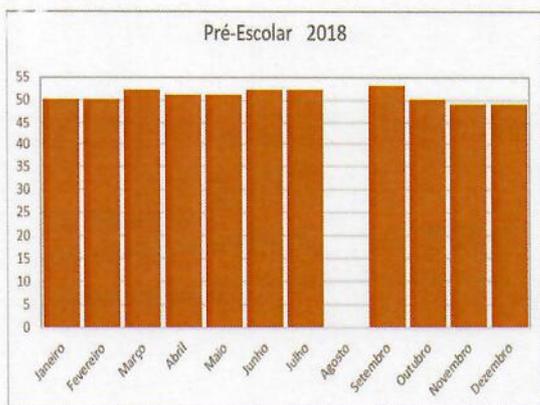


Gráfico 11: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2018

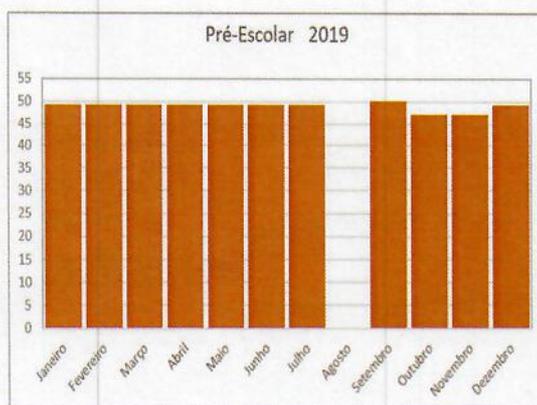
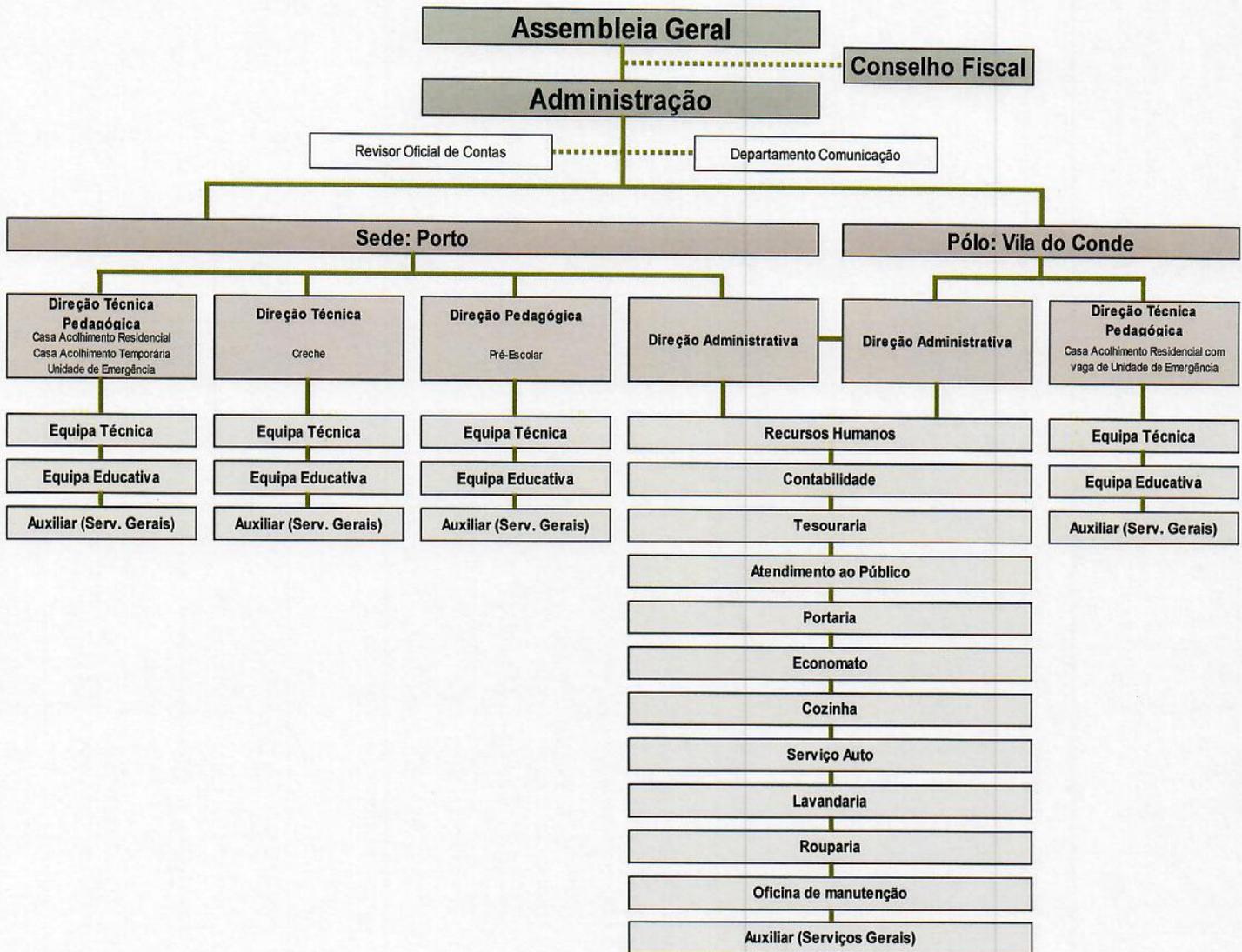


Gráfico 12: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2019

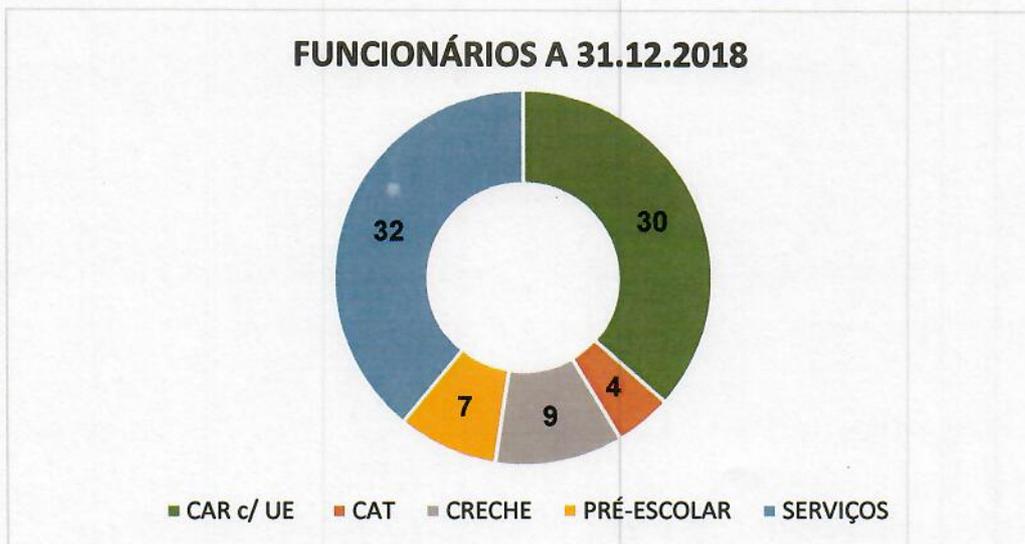
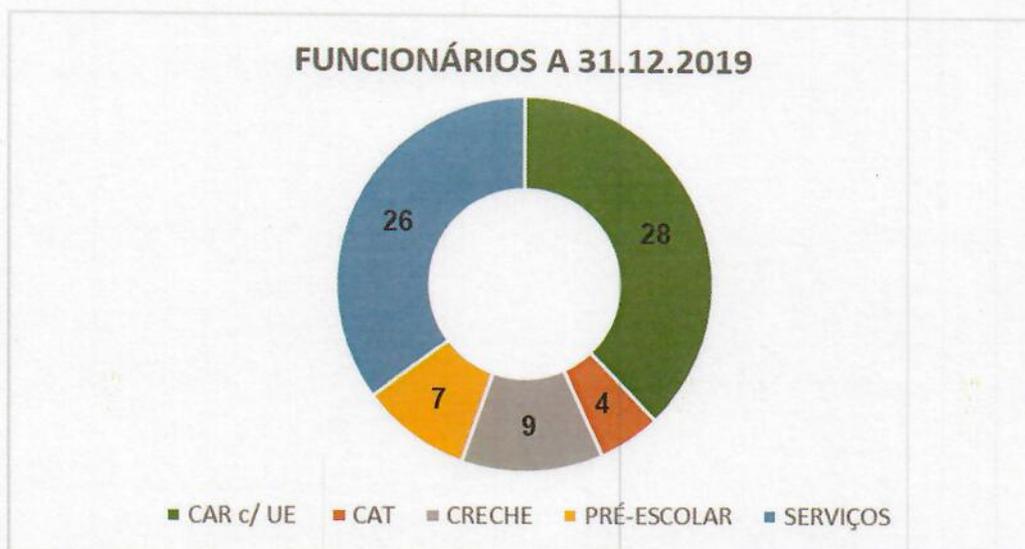
Recursos Humanos

1. Organograma

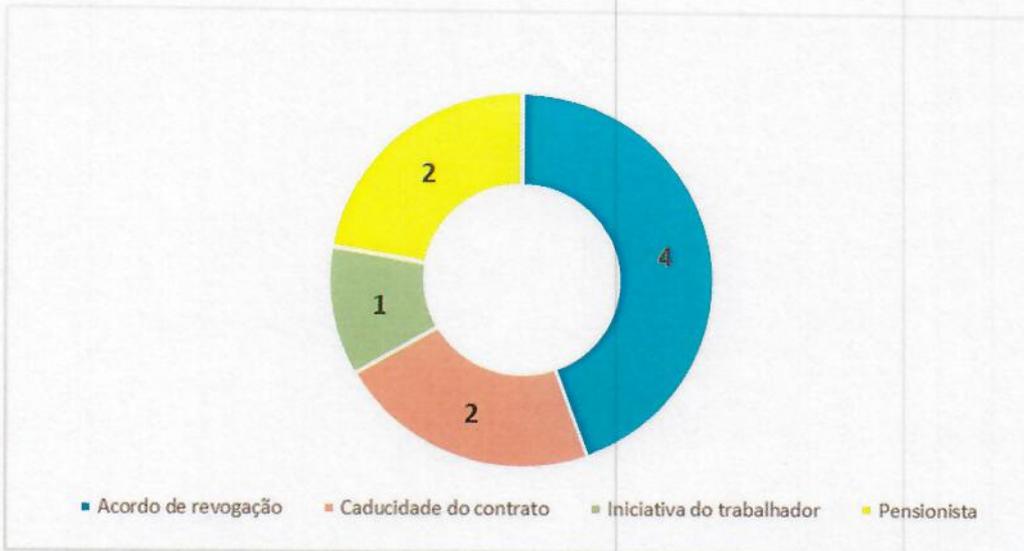


2. Quadro de pessoal

A 31 de dezembro de 2019, o Centro Juvenil de Campanhã integrava nos seus quadros 74 trabalhadores em regime de contrato de trabalho e 9 em regime de contrato de prestação de serviços.

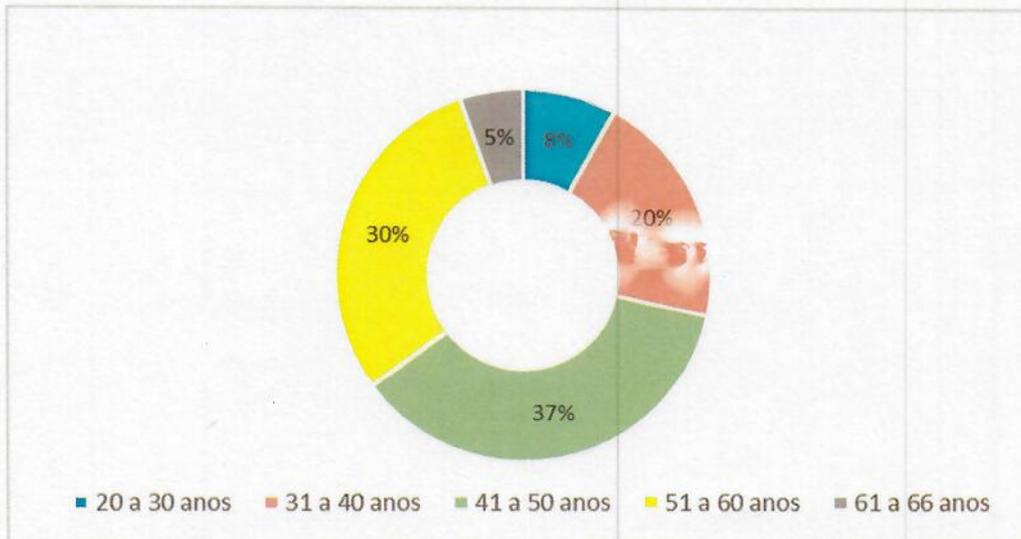


3. Cessações dos Contratos de Trabalho



No ano 2019, cessaram o contrato de trabalho 9 pessoas

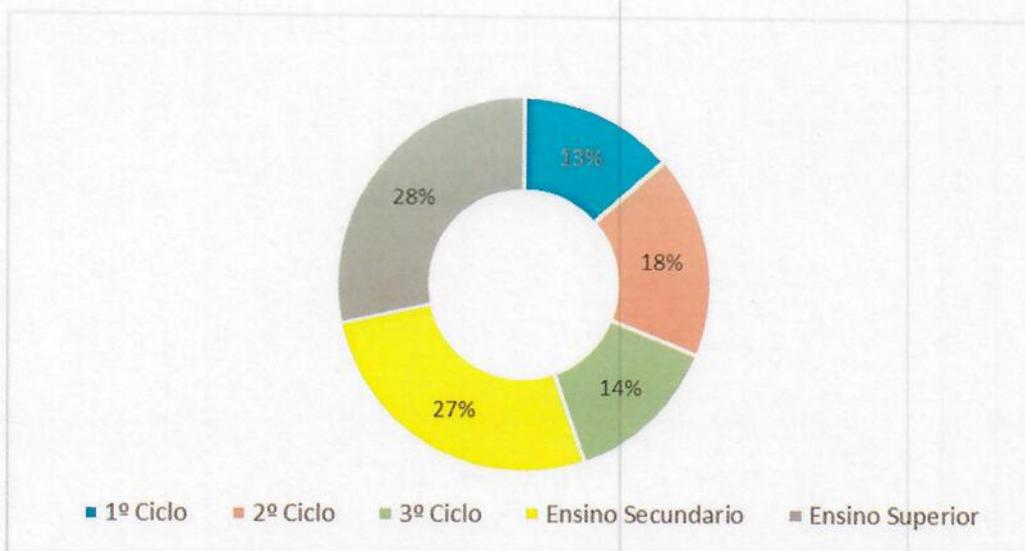
4. Faixas Etárias dos Colaboradores



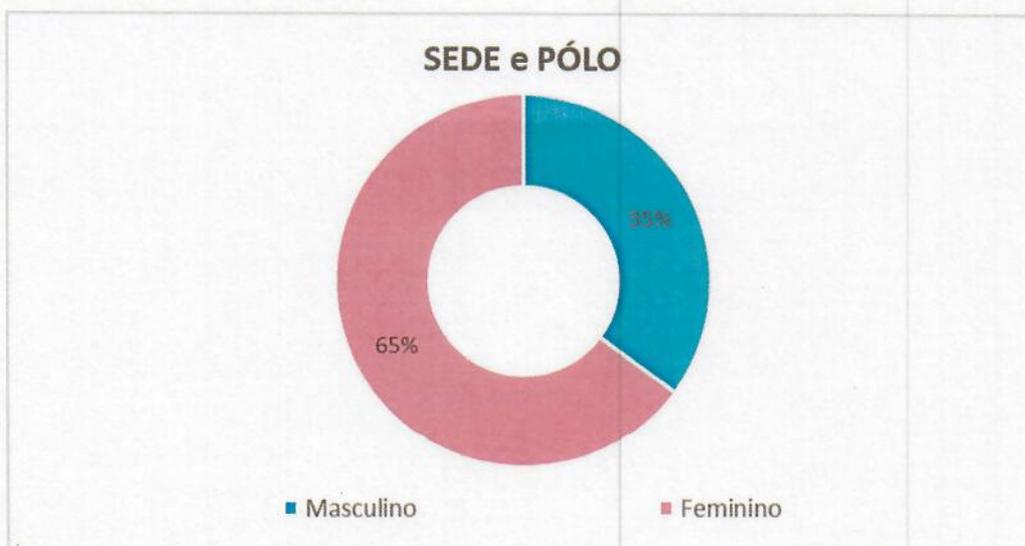
No ano 2019, a média de idades dos trabalhadores era de 46 anos



5. Habilitações Literárias



6. Género



Demonstrações Financeiras

1. As Contas de 2019

Os Rendimentos

- Prestações de serviços/Ganhos
- Subsídios à Exploração e donativos
- Outros Rendimentos e Ganhos
- Juros, dividendos e outros rendimentos

Total Rendimentos: 1.515.794,18 €

Os Gastos

- Fornecedores e Serviços. Externos
- Gastos com Pessoal
- Gastos de Depreciações e de amortizações
- Gastos e perdas de financiamento
- Outros gastos e perdas

Total Gastos: 1.571.179,02 €

O Resultado Líquido do Exercício

- Rendimentos
- Gastos
- Resultado Líquido do Exercício

Proposta da Mesa Administrativa à Assembleia Geral quanto à aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

O Centro Juvenil de Campanhã apresenta um Resultado Líquido do Exercício de menos 55.384,84 € (cinquenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos), ao qual se propõe a seguinte aplicação:

Transferência, na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

Eva Azevedo
57535

2. Balanço Individual
Em 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.665.629,42	2.691.120,04
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	6.405,71	2.417,69
Investimentos financeiros	13.1	10.964,82	8.827,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.682.999,95	2.702.365,45
Ativo corrente			
Inventários	8	5.586,55	4.961,49
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.2	985,58	25,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	13.3	3.836,34	0,00
Outros ativos correntes	13.4	18.546,68	17.433,10
Caixa e depósitos bancários	13.5	834.247,61	986.732,79
		863.202,76	1.009.152,80
Total do ativo		3.546.202,71	3.711.518,25
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.6	419.725,57	419.725,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.6	1.388.373,74	657.269,48
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.6	690.799,69	695.313,20
		2.498.899,00	1.772.308,25
Resultado líquido do período	13.6	-55.384,84	731.104,28
Total do fundo de capital		2.443.514,16	2.503.412,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	331.134,16	395.565,99
Outras dívidas a pagar	13.8	415.044,30	415.044,30
		746.178,46	810.610,29
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	76.531,85	111.266,71
Estado e outros entes públicos	13.2	49.948,24	51.021,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	64.200,00	63.492,14
Diferimentos	13.3	2.901,93	0,00
Outros passivos correntes	13.8	162.928,07	171.714,68
		356.510,09	397.495,45
Total do passivo		1.102.688,55	1.208.105,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.546.202,71	3.711.518,25

Joaquim Azevedo
57535

3. Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	80 890,90	106 961,81
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais	10	1 310 714,78	1 229 837,36
Outros	10	1 360,00	1 461,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-64 908,43	-82 574,13
Fornecimentos e serviços externos	13.9	-288 577,78	-254 608,09
Gastos com o pessoal	11	-1 150 969,27	-1 203 714,84
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas / reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.10	53 065,70	79 215,60
Outros gastos	13.11	-27 083,25	-10 401,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-85 507,35	-133 823,26
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 / 6	-30 906,53	-29 540,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-116 413,88	-163 363,98
Juros e rendimentos similares obtidos	13.10 / 13.12	69 762,80	907 042,24
Juros e gastos similares suportados	13.12	-8 733,76	-12 574,00
Resultados antes de impostos		-55 384,84	731 104,26
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-55 384,84	731 104,26

4. Demonstração Individual dos Resultados por Funções
Período findo em 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		80.890,90	106.961,81
Custo das vendas e dos serviços prestados		-64.908,43	-82.574,13
Resultado bruto		15.982,47	24.387,68
Outros rendimentos		1.434.587,75	2.217.483,00
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-1.439.547,05	-1.458.322,93
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-57.989,78	-35.823,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-46.966,61	747.724,34
Gastos de financiamento (líquidos)		-8.418,23	-16.620,08
Resultados antes de impostos		-55.384,84	731.104,26
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-55.384,84	731.104,26

Ira Azevedo
57535

5. Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		80.890,90	106.961,81
Pagamentos a fornecedores		-360.590,10	-306.419,46
Pagamentos ao pessoal		-789.542,20	-704.515,95
Caixa gerada pelas operações		-1.069.241,40	-903.973,60
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		951.254,84	871.032,51
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-117.986,56	-32.941,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3.490,88	-22.507,28
Ativos intangíveis		-5.952,73	0,00
Investimentos financeiros		-34,11	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	6.733,77
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		556,41	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		52.455,69	880.114,92
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		43.534,38	864.341,41
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	259.900,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-63.723,97	-192.072,27
Juros e gastos similares		-7.847,75	-10.138,54
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-886,01	-6.554,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-72.457,73	51.134,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-146.909,91	882.534,77
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		150.567,67	103.217,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.657,76	985.752,44

**6. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais
No período 2019**

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	-19 725,57			657 289,48		695 313,20	731 104,26	2 503 412,51		2 503 412,51
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00		0,00
Excedentes de revalorização									0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					731 104,26		-4 513,51	-731 104,26	-4 513,51		-4 513,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	731 104,26	0,00	-4 513,51	-731 104,26	-4 513,51	0,00	-4 513,51
RESULTADO INTEGRAL	8							-55 394,84	-55 394,84		-55 394,84
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9-7-8							-786 489,10	-59 888,35	0,00	-59 888,35
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legatos											0,00
Distribuições											0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10	419 725,57	0,00	0,00	1 388 373,74	0,00	690 799,69	-55 384,84	2 443 514,16	0,00	2 443 514,16

João Almeida
57535

**7. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais
No período 2018**

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamento / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	419 725,57			778 864,86		699 826,71	-121 595,38	1 776 821,76		1 776 821,76
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00		0,00
Excedentes de revalorização									0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-121 595,38		-4 513,51	121 595,38	-4 513,51		-4 513,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	-121 595,38	0,00	-4 513,51	121 595,38	-4 513,51	0,00	-4 513,51
RESULTADO INTEGRAL	3							731 104,26	731 104,26		731 104,26
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3							652 699,64	726 590,75	0,00	726 590,75
Fundos											0,00
Subsídios, doações e legados											0,00
Distribuições											0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	5	419 725,57	0,00	0,00	657 269,48	0,00	695 313,20	731 104,26	2 503 412,51	0,00	2 503 412,51
	6=1+2+3+5										

Iza Areudo
57535

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de Campanhã é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, foi fundada na cidade do Porto, em 06 de janeiro de 1814 e considerada de Utilidade Pública nos termos do Decreto-Lei nº 460/77, de 7 novembro, e das leis em vigor, é uma Associação de Solidariedade Social inscrita na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 73/83, de 28 dezembro.

Tem como objetivo principal a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, abrangendo a população infantil e juvenil de todo o país e dos países de língua oficial portuguesa, bem como a promoção de outras respostas sociais relativas às dificuldades sociais atuais dos idosos, numa perspetiva de solidariedade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015, 23 de julho e Declaração de Retificação nº 41-A/2015, 21 de setembro;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, 24 de julho e Declaração de Retificação nº 41-B/2015, 21 de setembro;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) - Aviso nº 8259/2015, 29 de julho e Declaração de Retificação nº 916/2015, 19 de outubro;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2019, 29 de julho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com

base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que, não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, caso em que tais despesas são capitalizadas no Ativo Fixo Tangível. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento biológico	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. As mais ou menos valias provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada nessa data, sendo que se encontra espelhada na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF-ESNL (8), na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas devem ser amortizados num período máximo de 10 anos, sendo calculado após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programa de computador	Indefinida

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei nº 70/2013, 30 de agosto, criou o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço da Entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes. De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não indemnização ao trabalhador. O ativo financeiro referente às comparticipações para o FCT é mensurado pelo seu custo. O FCT implica uma comparticipação mensal da entidade empregadora de 0,925% sobre a remuneração base e diuturnidades de cada trabalhador ao abrigo do fundo, tendo uma natureza de capitalização para a entidade empregadora.

O FCT é acionado pela entidade empregadora sempre que um trabalhador ao abrigo deste fundo cesse o seu contrato de trabalho.

Este reembolso irá corresponder ao montante entregue até à data, individualizado pelo trabalhador, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No caso de a cessação do contrato de trabalho não implicar qualquer pagamento de indemnização ao trabalhador, o valor do fundo adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização reverte na íntegra para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como fórmula de custeio o FIFO (*first in, first out*), em sistema de inventário intermitente. Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras, ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo de aquisição.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubrica	Saldo em 31- Dez-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31- Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.760.533,85					2.760.533,85
Equipamento básico	269.632,00	2.819,40				272.451,40
Equipamento de transporte	147.578,49					147.578,49
Equipamento administrativo	131.729,25	631,80				132.361,05
Equipamento biológico	249,40					249,40
Outros ativos fixos tangíveis						
Total	3.716.118,58	3.451,20				3.719.569,78
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	514.187,35	20.705,26				534.892,61
Equipamento básico	250.574,68	4.410,86				254.985,54
Equipamento de transporte	143.378,49					143.378,49
Equipamento administrativo	116.608,62	3.825,70				120.434,32
Equipamentos biológicos	249,40					249,40
Outros ativos fixos tangíveis						
Total	1.024.998,54	28.941,82				1.053.940,36

6. Ativos Fixos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubrica	Saldo em 31-Dez-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador	2.417,69	5.952,73				8.370,42
Propriedade industrial						
Outros ativos intangíveis						
Total	2.417,69	5.952,73				8.370,42
Amortizações acumuladas						
Goodwill						
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador		1.964,71				1.964,71
Propriedade industrial						
Outros ativos intangíveis						
Total		1.964,71				1.964,71

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os planos de reembolso da dívida da Entidade referente a empréstimos obtidos, detalham-se como se segue:

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	64.200,00	331.134,16	395.334,16	63.492,14	395.565,99	459.058,13
Locações financeiras						
Descobertos bancários						
Contas caucionadas						
Outros empréstimos						
Total	64.200,00	331.134,16	395.334,16	63.492,14	395.565,99	459.058,13

8. Inventários

No início e no fim dos períodos de 2019 e 2018, a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018			2019			
	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.148,06	57.780,86	24.606,70	4.961,49	49.710,60	15.822,89	5.586,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				82.574,13			64.908,43

JAC



9. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2019	2018
Prestações de serviços		
Quotas dos utilizadores	80.890,90	106.961,81
Total	80.890,90	106.961,81

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Instituto Segurança Social, IP		
Lares e Internatos de Crianças e Jovens	962.379,23	876.362,80
Centro de Acolhimento Temporário	78.600,00	68.056,67
Unidade de Emergência	21.924,24	21.972,41
Creche	146.887,47	149.065,44
Pré-Escolar	100.923,84	114.380,04
Total	1.310.714,78	1.229.837,36
Autarquias e outros		
Apoios diversos	1.360,00	1.461,00
Total	1.360,00	1.461,00

11. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2019 foi de "74" e em 31 de dezembro de 2018 foi de "82".

Os gastos que a Entidade incorreu com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	891.003,65	959.795,27
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	32.293,96	1.044,00
Encargos sobre as Remunerações	198.819,26	214.569,61
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais	28.852,40	28.305,96
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal		
Total	1.150.969,27	1.203.714,84

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes rubricas das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1 Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “*Investimentos financeiros*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Outros investimentos financeiros		
Fundo de Compensação do Trabalho	10.964,82	8.827,72
Total	10.964,82	8.827,72

13.2 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “*Estado e outros entes públicos*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)		25,42
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	985,58	
Total	985,58	25,42
Passivo		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	9.969,00	8.542,00
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)		
Contribuições para a Segurança Social	39.766,20	40.579,31
Outros Impostos e Taxas	213,04	1.900,61
Total	49.948,24	51.021,92

13.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.836,34	
Total	3.836,34	-
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	2.901,93	
Total	2.901,93	-

13.4 Outras ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Outros ativos correntes" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.335,26	13.543,34
Outros devedores	3.580,42	3.839,88
Outros ativos financeiros	1.631,00	49,88
Total	18.546,68	17.433,10

13.5 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Caixa e depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Caixa	1.606,85	2.550,90
Depósitos à ordem	108.640,76	146.966,89
Outros depósitos bancários	724.000,00	837.215,00
Total	834.247,61	986.732,79

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	419.725,57			419.725,57
Reservas				
Resultados transitados	657.269,48	731.104,26		1.388.373,74
Outras variações nos fundos patrimoniais	695.313,20		4.513,51	690.799,69
Resultado líquido do exercício	731.104,26		786.489,10	- 55.384,84
Total	2.503.412,51	731.104,26	791.002,61	2.443.514,16

13.7 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica *Fornecedores* apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	76.531,85	111.266,71
Total	76.531,85	111.266,71

13.8 Outras passivos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "*Outros passivos*" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	415.044,30	415.044,30
Total	415.044,30	415.044,30
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	162.928,07	171.691,31
Outros credores		23,37
Total	162.928,07	171.714,68

13.9 Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "*Fornecimentos e serviços externos*" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Subcontratos		
Serviços especializados	152.145,31	79.543,60
Materiais	10.330,73	18.705,43
Energia e fluídos	87.315,10	109.243,59
Deslocações, estadas e transportes	6.766,70	5.996,86
Serviços diversos	32.019,94	41.118,61
Total	288.577,78	254.608,09

13.10 Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "*Outros rendimentos*" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	34,11	1.030,23
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	69.447,27	906.969,04
Outros rendimentos e ganhos	53.031,59	78.185,37
Total	122.512,97	986.184,64

13.11 Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Impostos	1 114,89	1 719,27
Quotizações	522,94	522,94
Semanadas a utentes	4 444,85	3 891,65
Outros gastos e perdas	21 000,57	4 268,11
Total	27 083,25	10 401,97

13.12 Resultados Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Outros rendimentos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	315,53	73,20
Total	315,53	73,20
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.847,75	10.138,54
Outros gastos e perdas de financiamento	886,01	2.435,46
Total	8.733,76	12.574,00

13.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa do Centro Juvenil de Campanhã em 04 de junho de 2020.

Porto, 04 de junho de 2020

A Mesa Administrativa

